



O verão ainda não começou, mas a primavera decidiu ocupar espaço e está descarregando tempestades fortes em várias áreas do Brasil, especialmente no sul e no sudeste. Aliás, o sul vem sofrendo faz tempo, com milhares de pessoas desabrigadas, patrimônios destruídos e mortes.

Chuvas fortes, granizo, ventanias, vendavais e tornados têm frequentado regularmente os noticiários, com imagens dramáticas de localidades severamente afetadas, pessoas sem ter para onde ir, casas arrasadas, veículos arrastados pela enxurrada e a certeza de que quase tudo não estava no seguro.

Conversando com o diretor de marketing de uma das maiores seguradoras do país, ele estava impressionado porque na tragédia das represas de Mariana sua companhia tinha menos de 200 apólices, todas sem cobertura para os danos consequentes do mar de lama que se espalhou pela região.

Se tomarmos a realidade do sul e do sudeste, castigados pelas chuvas e tempestades de verão, veremos um quadro muito parecido. A imensa maioria dos imóveis do país não tem qualquer tipo de proteção de seguro, muito menos contra estes danos. Alguns cálculos indicam que menos de 30% dos imóveis brasileiros estão minimamente segurados. É um número preocupante, na medida em que as apólices nacionais, ainda que necessitando ajustes em função das mudanças climáticas e sociais que vão mudando a cara do país, dão cobertura para um bom número de eventos de origem climática.

Por que não são contratadas? Esta é uma questão complicada de ser respondida. Em primeiro lugar, a maioria dos brasileiros não sabe o que é seguro, nem que existe uma ferramenta capaz de proteger seu patrimônio e sua vida, por um custo suportável. Em segundo lugar, boa parte dos corretores de seguros não conhece razoavelmente outras apólices, além dos seguros de veículos. Finalmente, as seguradoras não costumam investir em campanhas publicitárias explicando as várias possibilidades de garantias de seus seguros patrimoniais.

Esta soma, além da desigualdade social - que impede que milhões de brasileiros entendam um contrato, ainda que simples -, compromete a capacidade do cidadão comum compreender que o seguro não é despesa, mas o investimento mais barato que ele pode fazer para proteger a si mesmo, aos seus e ao seu patrimônio.

Faz pouco tempo, na mesma época em que o Rio Grande do Sul era castigado pelas chuvas, tempestades também atingiram severamente os Estados Unidos e a França. Enquanto tão logo o governo francês decretou estado de emergência, as seguradoras começaram a pagar as indenizações; e nos Estados Unidos, como costuma acontecer nestas ocasiões, as seguradoras enviaram seus trailers para os locais afetados para rapidamente atender seus segurados, aqui não aconteceu nada, além de imagens tristes e declarações e ações demagógicas dos políticos de ocasião.

É verdade, o seguro não é a única, nem a mais barata e eficiente forma de ação contra estes danos. Se houvesse o planejamento para a ocupação racional do solo, parte dos danos seria evitada, o que é muito mais inteligente e barato.

Mas não é isso que se vê. O país assiste impassível a invasões de terras para uso, hipoteticamente, social, entre elas áreas impróprias para uso residencial, que vão sendo ocupadas, sem qualquer resistência, há anos. O Poder Público fecha os olhos, a sociedade finge que não sabe, o Judiciário é lento e o resultado são situações como os “bairros cota”, nas encostas da Serra do Mar, ou as ocupações das áreas de proteção dos mananciais, todas em São Paulo.

Não pode acabar bem e milhares de pessoas pagarão o preço da imprevidência, do descaso e da demagogia. Neste cenário, a ferramenta que sobra, não para evitar, mas para minimizar os danos, é o seguro. Quanto mais rapidamente o brasileiro souber que pode contar com um produto eficiente e barato para repor o patrimônio perdido, mais rapidamente as seguradoras terão a pulverização de riscos necessária para proteger o mútuo e permitir que suas apólices tenham um preço suportável pela população.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 23.11.2015.